

**IMPACTOS DA TERCEIRIZAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DO TRABALHO
NO BRASIL: NOVAS EVIDÊNCIAS PARA O DEBATE****André Gambier Campos**Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas
Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <andre.campos@ipea.gov.br>.

Este artigo traz novos insumos para o debate sobre a terceirização no Brasil atual. Por meio de uma nova metodologia, envolvendo microdados de registros administrativos – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais/Ministério do Trabalho e Emprego (CNES/MTE) e Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/MTE –, estima-se o número de assalariados afetados por esse fenômeno. Essa metodologia é bastante simples, mas gera resultados interessantes para comparação com os de outros métodos, que também enfocam o trabalho terceirizado. Com essa metodologia, encontram-se 4,02 milhões de assalariados terceirizados, que correspondem a 11,7% do conjunto de assalariados do setor privado urbano. Desses, nada menos que 3,10 milhões apresentam uma média probabilidade de serem terceirizados (77,0% dos 4,02 milhões), ao passo que 0,92 milhão de assalariados apresentam alta probabilidade de serem terceirizados (23,0%). Ao comparar a remuneração dos assalariados diretos e dos terceirizados (com alta probabilidade), percebe-se que há quase sempre uma variação negativa da remuneração. É verdade que outras variáveis (como a localização dos estabelecimentos ou, então, o sexo, a instrução e o tempo de vínculo dos assalariados) também afetam a remuneração daqueles terceirizados. Não obstante, em meio a este grupo, a terceirização (isoladamente considerada) ganha algum destaque como fator observável que pode “explicar” a variação na remuneração. Por fim, mencione-se que são necessários estudos adicionais, com foco nos impactos da terceirização, antes de qualquer deliberação sobre o assunto, em particular, antes de qualquer deliberação do Congresso Nacional, que está prestes a votar uma nova regulação sobre a terceirização no Brasil.